



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
ESCOLA DE NUTRIÇÃO

Lucas de Paiva Sobral

Análise das propostas relacionadas com alimentação e nutrição nos planos
de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2022

RIO DE JANEIRO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
ESCOLA DE NUTRIÇÃO

Lucas de Paiva Sobral

Análise das propostas relacionadas com alimentação e nutrição nos planos
de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2022

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado à Escola de Nutrição da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharelado em
Nutrição.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Thais Salema
Nogueira de Souza

RIO DE JANEIRO
2023

RESUMO

Introdução: Para a construção de uma sociedade democrática de direitos, seria necessário que a população, sobretudo pessoas aptas ao voto em eleições oficiais, compreendesse como as atitudes políticas ou a falta delas influenciam sua vida e os porquês da existência e manutenção de desigualdades históricas no Brasil, como por exemplo a situação de fome e miséria de parte da população. Portanto, é essencial o desenvolvimento de um ambiente que estimule o entendimento do sentido político da alimentação. **Objetivo:** Analisar as propostas relacionadas com alimentação e nutrição nos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil no ano de 2022. **Metodologia:** Estudo teórico, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratório e descritivo, cujos procedimentos se apoiaram na pesquisa documental e na análise de discurso. **Resultados:** Versão parcial de TCC devido a publicação de artigo. **Conclusão:** Versão parcial de TCC devido a publicação de artigo.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Insegurança alimentar; Fome; Políticas públicas.

ABSTRACT

Introduction: For the construction of a democratic society of rights, it would be necessary for the population, especially people able to vote for official officials, to understand how political attitudes or the lack thereof influence their lives and the reasons for the existence and maintenance of historical inequalities in Brazil, such as the situation of hunger and misery of part of the population. Therefore, it is essential to develop an environment that encourages understanding of the political meaning of food. **Objective:** To analyze the proposals related to food and nutrition in the government plans of the candidates for the presidency of Brazil in the year 2022. **Methodology:** Theoretical study, with a qualitative approach, with exploratory and descriptive objectives, whose procedures were based on documentary research and discourse analysis. **Results:** Partial version of TCC due to article publication. **Conclusion:** Partial version of TCC due to article publication.

Keywords: Food security; Food insecurity; Hunger; Public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 JOSUÉ DE CASTRO	8
2.2 COMIDA E CAPITALISMO	11
3 JUSTIFICATIVA	13
4 OBJETIVOS	14
4.1 OBJETIVO GERAL	14
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
5 METODOLOGIA	14
6 RESULTADOS	16
6.1 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA)	16
6.2 JAIR MESSIAS BOLSONARO (PL – COLIGAÇÃO PELO BEM DO BRASIL)	21
6.3 SIMONE NASSAR TEBET (MDB – COLIGAÇÃO BRASIL PARA TODOS)	25
6.4 CIRO FERREIRA GOMES (PDT)	29
7 DISCUSSÃO	33
7.1 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA)	33
7.2 JAIR MESSIAS BOLSONARO (PL – COLIGAÇÃO PELO BEM DO BRASIL)	41
7.3 SIMONE NASSAR TEBET (MDB – COLIGAÇÃO BRASIL PARA TODOS)	50
7.4 CIRO FERREIRA GOMES (PDT)	55
8 CONCLUSÃO	60
9 REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Decisões políticas deveriam ser tomadas visando melhoria ou resolução de conflitos sociais. É de extrema importância que pessoas e coletividades tomem consciência que são seres políticos e passem a observar que a realidade a qual estão inseridos e suas vidas são diretamente afetadas por medidas envolvendo política, mas até essa tomada de consciência necessita de uma visão mais politizada acerca do seu contexto e rotina. Sendo assim, entra em cena uma constatação: quem mais é afetado por problemas sociais são as pessoas que tem mais obstáculos para compreenderem motivos históricos que ajudaram a influenciar sua condição.

Quando se pensa em comida e em todo sistema alimentar envolvido é pertinente notar que a transferência dos debates a respeito de produção, distribuição e consumo para o cenário econômico em detrimento do campo da saúde pública é intimamente ligada à lógica governamental vigente. Como consequência disso, para interpretar os tópicos mais urgentes sobre alimentação, que são a fome, a insegurança alimentar e tudo o que com elas se nega ao indivíduo e aos grupos vulnerabilizados, precisamos anteriormente entender o sentido político implícito na alimentação (SANTOS, 2008).

Atualmente temos, como sociedade, forças produtivas suficientes para viver em um mundo igualitário, sem escassez de comida para muitos e mesmo assim essa realidade se encontra distante. Logo, para realização de debates produtivos sobre Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é apropriado abordar toda a complexidade das relações de poder que resultam no acesso insuficiente da população mais pobre aos alimentos já produzidos e que são sobretudo responsáveis pela construção e manutenção da fome, além dos motivos pelo qual a cadeia produtiva atende ao comércio internacional e prefere destinar matérias-primas e insumos alimentares básicos para os mercados mais lucrativos em detrimento das necessidades básicas de seu próprio povo (FRUTUOSO; VIANA, 2021).

Mesmo sendo uma exigência diária do corpo humano e assunto essencial para a defesa dos interesses nacionais, os dilemas sobre alimentação nem sempre estão no debate público e político. A fome, por exemplo, é uma questão persistente e estrutural no Brasil e se torna tema de discussão relevante apenas em curtos períodos da história. Para compreender isso é necessário questionar: Quando se torna interessante denunciar a fome? Quem enuncia o problema e de que modo? Além disso, a recorrente volta do assunto para breves holofotes mostra que nunca encontrou-se soluções satisfatórias

para o problema (BRITO; BAPTISTA, 2021).

Os grupos populacionais específicos que mais sofrem para alcançar uma nutrição adequada não tem representatividade política e, conseqüentemente, voz para levar a questão ao centro do debate nacional. Sendo o Brasil um país de dimensões continentais e esses grupos e suas necessidades estando à margem da sociedade, tem-se como resultado uma realidade que tende a ser invisibilizada e de difícil resolução no curto prazo. Para agravar, conta-se com elites econômicas e políticas que muitas vezes legislam em causa própria e possuem interesses antagônicos aos cidadãos das classes sociais mais baixas, contribuindo para manutenção ou intensificação dos problemas envolvendo alimentação e outras questões sociais.

Logo, para começar a visualizar soluções é necessário entender a conjuntura e os motivos que conformam o atual momento, com a finalidade de superá-los. Levando em consideração que apenas conceitos que ataquem a raiz do problema irão mostrar uma perspectiva de mudança e escolhem-se políticos para representar as pretensões da população visando prosperidade futura, a questão alimentar e nutricional, no atual contexto da nossa sociedade, precisa ser assumida como responsabilidade do Estado no que diz respeito a promoção dos direitos humanos e sociais, pois é a maneira mais eficiente para modificar a dinâmica dominante contemporânea. As políticas de produção (incluindo as técnicas e formas de produção, plantio e processamento dos alimentos, acesso a terra e água, assistência rural, subsídios para produção), abastecimento, comercialização, acesso, (in)segurança alimentar e nutricional são estratégicas para o país e devem ser tratadas com a relevância que merecem (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Com o intuito de observar se as circunstâncias que levam ou deixam de levar comida ao prato dos brasileiros estavam sendo discutidas em seus variados aspectos pelas pessoas que desejavam alcançar o cargo político mais importante do país, este trabalho visa analisar as propostas relacionadas com alimentação e nutrição nos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2022.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Durante uma eleição presidencial os candidatos precisam atrair votos demonstrando vontade de solucionar as variadas questões da administração pública. Dentre os fatores que colaboram para a conquista da maioria do eleitorado, os mais importantes são as maneiras de resoluções para situações que, por circunstâncias, estão no topo das reivindicações populares, os meios como as soluções são comunicadas e a aceitação popular das ideias. Considerando que a receptividade do público foge do controle dos presidentiáveis e suas equipes, o maior foco visa propor soluções e comunicá-las da maior e mais abrangente forma possível para pautar o debate.

Um modo importante de apresentar propostas para a população é através do plano de governo. Sendo de caráter obrigatório desde 2009 de acordo com a Lei 9.504/97, o documento necessita ser enviado para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e o candidato que não apresentá-lo é impedido de participar da eleição. Os planos de governo não exigem requisitos ou formatos específicos e são apresentados com formas, ordens e tamanhos que se diferenciam, necessitando sempre expor as intenções dos presidentiáveis sobre cada tema de interesse nacional e metas que desejam cumprir caso sejam eleitos.

Apesar de relevante, o documento precisa ser visto com ressalvas. As promessas e programas citados no documento não precisam ser cumpridos, mas auxiliam a entender as prioridades de cada postulante à presidência. Por isso, é interessante os eleitores também buscarem informações sobre a trajetória, discursos e compromissos públicos, alianças partidárias, entre outras questões para a escolha do candidato.

2.1 JOSUÉ DE CASTRO

Josué Apolônio de Castro, nascido em Recife no ano de 1908, foi médico, professor, pesquisador, cientista social, político, escritor, entre outras ocupações. É uma figura que merece e sempre merecerá ter sua vida e obras revisitadas para compreendermos como a comida e política se misturam no Brasil e no mundo. Foi um cidadão que soube lutar por um futuro melhor para seu país e para a humanidade usando como meios o seu vasto conhecimento, capacidade de trabalho e ação (ANDRADE, 1997).

A maior contribuição de Josué de Castro para a história do nosso país foi seu pioneirismo em mostrar que a fome era um problema essencialmente político. Até então o raciocínio predominante era que a fome e miséria do mundo eram resultados do excesso populacional, escassez de alimentos e recursos naturais, mas Josué argumentou e provou com evidências que a causa era o modo da organização social que sempre culminava na concentração de renda cada vez maior em posse de uma parcela ínfima da população e por isso a resolução não passava por aumento da quantidade de comida produzida e sim por distribuição de recursos e maior acesso à terra para trabalhadores produzirem (BEGHIN, 2022).

Os seus estudos se tornaram tão relevantes nacionalmente que suas ideias foram fundamentais para a elaboração do salário mínimo. Josué de Castro realizou inquéritos nos anos 1930 sobre a realidade das condições de vida dos operários de sua cidade natal, Recife, mostrando a relação entre salário e alimentação e concluindo que havia déficit calórico e de nutrientes nas pessoas da região resultante essencialmente de pouca renda. Após grande repercussão, estudos semelhantes foram feitos em outros locais do Brasil e os achados subsidiaram a campanha pelo salário mínimo que em abril de 1938, com o Decreto-Lei nº 399, originou a aprovação desse direito com os valores fixados em 1º de março de 1940 pelo Decreto-Lei nº 2.162, medida que na época beneficiou cerca de 60% da população assalariada (BEGHIN, 2022).

Os temas centrais que Castro pesquisou durante a vida, o problema da fome e subalimentação, marcam presença na trilogia Geografia da Fome (1946), Geopolítica da Fome (1951) e o Livro Negro da Fome (1960), entrando na agenda política do país a partir das discussões estimuladas nesses livros. É, inclusive, assim que sua trajetória intelectual se confunde com os marcos norteadores da Política de Segurança Alimentar no Brasil (SILVA; NUNES, 2017). Enfatizando as duas obras de maior destaque, Geografia da Fome e Geopolítica da Fome, o que as faz tão especiais é que na primeira a questão alimentar e da fome são abordadas sob uma perspectiva geográfica e histórica, expondo as vertentes do latifúndio e da colonização que se materializavam no alimento das pessoas, sendo que sua tese principal relatou a fome como uma expressão dramática da desigualdade socioespacial brasileira fabricada pelo homem para alcançar seus próprios interesses, simbolizando o excedente de colonização em território nacional, marcado por senhores de terra monopolizando os espaços e transformando-os em latifúndios feitos por mão de obra escrava, indígena e sertaneja. Assim, o latifúndio

ocupava grandes extensões de terra que eram utilizados para o cultivo de monoculturas, como cana-de-açúcar e milho e deixavam as terras improdutivas impedindo uma variação da alimentação do povo brasileiro, além de privilegiar o que era estrangeiro em detrimento da agricultura familiar e nacional, que por si só garantia o sustento e a comida de verdade ao povo. Com essa precariedade da alimentação que variava em cada região de acordo com suas características demográficas e geográficas, grande parte dos brasileiros viviam sem segurança alimentar (SIMONCINI; TANAGINO; LIMA, 2020).

Já no livro *Geopolítica da Fome*, Castro se propôs a mostrar que a fome não era um fenômeno exclusivamente brasileiro mas sim mundial e a solução dependeria das características de cada país e região. Expôs sua visão sobre as relações entre nações ricas e pobres mencionando o insustentável padrão de consumo das sociedades desenvolvidas e a manutenção dos privilégios de classe, passando ainda por industrialização, urbanização e desenvolvimento científico, que possuíam potencial para subverter as condições de miséria e pobreza mas não a fizeram pelo seu caráter exclusivo de exploração do trabalho visando o lucro. Foi precursor também em denunciar o neocolonialismo como inerente aos problemas mais urgentes sobre alimentação no mundo, porém mesmo com tantas contribuições existe um certo esquecimento histórico acerca de seu legado intelectual (SILVA; NUNES, 2017).

No mesmo artigo, Silva e Nunes contam uma explicação para o legado de Castro não ser tão difundido nacionalmente. Devido ao golpe militar em 1964 Josué de Castro perdeu seus direitos políticos e passou a ser cassado, tendo suas publicações retiradas de universidades e escolas. Assim, seus livros perderam muito alcance em solo nacional e o fato contribuiu para ele ser menos celebrado do que merecia.

Josué de Castro elegeu-se deputado federal duas vezes, renunciando no segundo mandato para ser embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) (LEME, 2021). Foi delegado do Brasil na Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, em 1947; foi Presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) entre 1952 e 1956; Presidente da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM); Presidente eleito do Comitê Governamental da Campanha de Luta Contra a Fome da ONU, em 1960; Embaixador do Brasil na ONU, em 1962 a 1964.

Por propor um rompimento do modelo de sociedade da época, diminuição do

poder da classe dominante, defender reforma agrária, virou alvo da ditadura militar e tornou-se exilado político em Paris, nunca conseguindo voltar para o Brasil. Faleceu durante o exílio em 1973 na capital francesa, mas suas obras e os problemas sociais que denunciou continuam fazendo parte do mundo atual. Portanto, é relevante revisitar suas obras, questionar os motivos das soluções propostas por Castro nunca terem sido efetivadas no Brasil e enaltecer sua percepção em relacionar política e alimentação.

2.2 COMIDA E CAPITALISMO

O sistema econômico e político presente no Brasil atualmente é o capitalismo, sendo baseado na propriedade privada, busca pelo lucro e acumulação de riquezas. Com o passar do tempo e observando-se o processo histórico podemos perceber a criação de novas relações sociais que se tornam cada vez mais complexas e criam novos ou conservam problemas (FONTES, 2003). Sendo assim, é importante atenção sobre as transformações ou manutenção das ambições sociais e repensar meios para uma melhor convivência.

No mundo predominantemente capitalista temos, condicionado por contextos históricos, os países que estabelecem as economias principais, pequeno número de nações que são o centro desse sistema econômico, e a grande maioria dos países ficando em um papel secundário e/ou subserviente ao centro sendo caracterizados como os países capitalistas periféricos, entre eles o Brasil.

Os territórios mais poderosos têm viabilidade para exercer dominância na periferia do capital e dificultá-los a atingir um nível de bem-estar social relevante e duradouro perpetuando uma situação de dependência. Para Schwartzman (2006) a compreensão das relações de dependência tem sido reformuladas e passou a significar também pressão de agentes estrangeiros, por intermédio do mercado de capitais, grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros, com efeitos negativos tanto sobre as direções do desenvolvimento econômico nacional quanto sobre a soberania política e o bem-estar social da população. Assim sendo, como consequência temos nos países periféricos notória dificuldade de avançar na perpetuação de políticas de proteção social (POCHMANN, 2004), como as voltadas para garantia da alimentação adequada.

Somando-se a esse cenário podemos constatar que no capitalismo a comida é uma mercadoria como qualquer outra apesar de ser uma necessidade biológica, possuir

conexões e determinações inerentes nas atividades humanas e suas relações sociais. Tratando os alimentos como apenas mais um meio de obtenção de lucro muda bastante a relação entre a comida e os comensais, tanto no sentido material através do acesso aos produtos pelo mercado e da qualidade dos alimentos oferecidos, quanto no sentido subjetivo daquilo que é considerado como bom para comer (SILVA FILHO, 2022), caracterizado por Santos e Baca (2018) como se convertendo em bom para comer aquilo que é bom para vender. Popkin, Corvalan e Grummer-Strawn (2020) citam ainda que duas faces da má alimentação se fazem cada vez mais presentes na lógica do consumo alimentar capitalista, o aumento do sobrepeso, obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis e permanência da subnutrição e da fome.

Fazendo parte da peculiaridade brasileira observamos que nosso país estabeleceu-se como o 4º produtor e 2º exportador de grãos do mundo em 2020, com destaque para soja e milho, além de algodão, açúcar e café, 2º maior exportador de carnes do mundo (FAO, 2021) enquanto amargava também a marca de 19 milhões de pessoas passando fome no mesmo período (PENSSAN, 2021). A conjuntura descrita mostra a escolha de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na grande propriedade de terra, produção altamente tecnicizada, dependente das flutuações cambiais e demanda do mercado global consumidor de commodities. Esse modelo é avesso à reforma agrária, prejudica produção agrícola familiar, manutenção e conservação dos biomas e demarcação de territórios para comunidades tradicionais (DOS SANTOS; RODRIGUES, 2021).

Portanto, com a dificuldade do Brasil em atingir um nível expressivo de bem-estar social e dar continuidade em políticas públicas que pretendiam garanti-lo, uma parcela relevante da população não terá acesso a renda satisfatória para viver confortavelmente e como consequência esse fato afetará o poder de compra de alimentos. Ressaltando que nosso modo de produção contemporânea da comida coloca a economia bem a frente da saúde pública buscando a venda e o lucro e não o consumo alimentar de todos, devemos reconhecer que ao conferir sentido político no prato do dia-a-dia não existe possibilidade de erradicar definitivamente a pauta mais urgente, a fome, no atual modo de funcionamento da nossa sociedade, como bem conseguimos reparar quando verificamos a história do Brasil.

3 JUSTIFICATIVA

Os profissionais e estudantes da nutrição devem ter um olhar ampliado e sistêmico para as questões relacionadas à alimentação em suas múltiplas dimensões – ambiental, biológica, cultural, econômica, política e social. Pensar, avaliar e executar ações associadas a alimentação passa inevitavelmente por questões políticas. Desde o ano de 2014, devido a todo contexto social, é notório que as pessoas estão adquirindo o hábito de falar mais sobre política, virando até clichê enfatizar que tudo é política, mas o fato de ser clichê não deixa a afirmação menos verdadeira e obviamente entender como essas decisões vão impactar no prato do nosso dia-a-dia pode e/ou deve ser um assunto que nutricionistas mostram interesse e participam opinando ativamente.

Contribuir para prevenir, promover e recuperar a saúde humana através da alimentação é atribuição de nutricionistas, mas notar e não normalizar que muitos no nosso país não têm ou terão acesso a no mínimo três refeições diárias também pode ser o dever dos profissionais da nutrição. Visto que relacionar o problema histórico de acesso a comida por parcela significativa da nossa população, questões envolvendo produção e distribuição com decisões governamentais é a maneira mais eficiente de enfrentamento estrutural de impasses acerca da alimentação, este estudo pretende identificar as propostas que se relacionam com alimentação e nutrição nos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2022 visando analisar a presença, enfoque e abordagem conferidas ao tema e debater possíveis desfechos na agenda política e vida da população. Espera-se contribuir com discussões sobre a relação intrínseca entre alimentação, nutrição e política pública, bem como apoiar a reflexão e incentivar a mobilização de profissionais, estudantes e sociedade em torno da alimentação.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as propostas relacionadas com alimentação e nutrição nos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil no ano de 2022.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar propostas relacionadas às temáticas de alimentação e nutrição nos planos de governo dos candidatos à presidência do Brasil em 2022;
- Analisar a presença, enfoque e abordagem conferidas aos temas;
- Debater possíveis desdobramentos de tais propostas na agenda política e na vida da população brasileira.

5 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratório e descritivo, cujos procedimentos se apoiaram na pesquisa documental e na análise de discurso (GIL, 2002; MINAYO, 2008).

Os objetos de estudo são os planos de governo, disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral, de quatro candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2022: Lula, Jair Bolsonaro, Simone Tebet e Ciro Gomes. Os critérios de escolha foram baseados nas quatro candidaturas mais votadas e que revelaram-se mais relevantes e repercutidas durante a disputa eleitoral. A coleta de dados foi realizada através da observação sistemática de cada documento e da busca de propostas que se relacionam de forma direta ou indireta com as temáticas alimentação e nutrição.

Para tal, inicialmente foi realizada a busca de dez palavras-chave: fome, segurança alimentar, insegurança alimentar, comida, alimentação, nutrição, agricultura, agroindústria, agronegócio e produção de alimentos, com vistas a identificar a presença e a quantidade de citação dos termos nos documentos. A existência dessas palavras nos documentos sugerem, ao menos, atenção aos debates e demandas atuais, porém será necessário levar em consideração o contexto em que a palavra está inserida e se é apenas uma simples menção ou se contém proposta de ação e posição política sobre o

tema.

Após isso, as propostas encontradas foram organizadas em três categorias de análise, vinculadas ao Sistema Alimentar, sendo elas: produção, abastecimento e consumo. Os dados extraídos e organizados nas três categorias foram trabalhados a partir da técnica de Análise do Discurso, cujo objetivo é compreender as condições de produção e apreensão dos significados dos textos analisados, em relação ao contexto – espaço e tempo – no qual são produzidos (RESENDE, 2009). Essa técnica aplica-se aos estudos que planejam analisar a linguagem, tanto de senso comum como de discursos políticos, e se fundamenta no materialismo histórico, na própria linguística, na teoria do discurso e na teoria da subjetividade para a compreensão dos significados (MINAYO, 2008). Considera como princípio que não existe discurso sem sujeito, não existe também sujeito descontextualizado, portanto não existe discurso sem ideologias, por isso foi escolhido para análise de textos políticos.

Também com relação a discussão das propostas, considerou-se se o conjunto delas, agrupadas em sua respectiva categoria de análise, levava em consideração a realidade social presente no país. Assim posto, foram apontados os resultados obtidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN, 2022) que revelam 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer e 125,2 milhões de cidadãos convivendo com algum grau de insegurança alimentar, sendo eles: Insegurança alimentar leve quando há incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida, insegurança alimentar moderada a partir do momento que a quantidade está insuficiente e grave quando existe privação no consumo de alimentos e fome.

A análise buscou observar se os postulantes à presidência diferenciaram os problemas como sendo mais frequentes para alguns que para outros. Ainda segundo o II VIGISAN as formas mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave) atingem fatias maiores da população nas regiões norte (45,2%) e nordeste (38,4%); Nas áreas rurais a insegurança alimentar está presente em mais de 60% dos domicílios; 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores rurais são atingidos pela fome e 38% estão em situação de insegurança alimentar moderada e grave; Em domicílios que a pessoa de referência se autodeclara preta ou parda existe menos

segurança alimentar; Lares chefiados por mulheres possuem mais insegurança alimentar e fome, entre outras situações. As questões relatadas deveriam ser contempladas e terão importância na investigação.

Diante disso, os métodos consistem em observar a quantidade de citação e contexto de termos específicos, analisar as propostas relacionadas com alimentação e nutrição e compreender se os planos de governo incluem ações para as mazelas sociais divulgadas pelo II VIGISAN. O tratamento para as políticas de alimentação e nutrição durante a história do Brasil também foi examinado para subsidiar a análise.

REFERÊNCIAS

1. SANTOS, Luciane Lucas dos. A fome como cerceamento de direito político: comunicação contra-hegemônica e soberania alimentar. e-cadernos CES [Online], 2008.
2. FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [S.l.], v. 25, 2021.
3. BRITO, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. Cadernos de Saúde Pública, [S.l.], v. 37, p. 1-18, 14 nov. 2021.
4. PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 15, núm. 1, janeiro, pp. 121-130, 2010.
5. ANDRADE, M. C. de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo . Estudos Avançados, [S. l.], v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.
6. BEGHIN, Nathalie. NOTAS DE POLÍTICA SOCIAL - O COMBATE À FOME DE VARGAS A BOLSONARO. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, [S.L.], n. 29, p. 1-28, 21 nov. 2022.
7. SILVA, Mercês de Fátima dos Santos; NUNES, Everardo Duarte. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 22, n. 11, p. 3677-3688, nov. 2017.
8. SIMONCINI, João Batista Villas Boas; TANAGINO, Pedro Ivo Dias; LIMA, Elisa Ladeira. As contribuições de Josué de Castro para a compreensão da questão alimentar no Brasil. ANALECTA - Centro Universitário Academia, VI Seminário de Extensão e Pesquisa, v. 6, n. 3, 2020.
9. LEME, Adriana Salay. Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.4,

out.-dez. 2021, p.1115-1135.

10. FONTES, Virgini. CAPITALISMO, EXCLUSÕES E INCLUSÃO FORÇADA.

E-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, [s. l.], v. 1, n. 3, 2003.

11. SCHWARTZMAN, Kathleen. Globalization from a world-system perspective: a new phase in the core-a new destiny for Brazil and the semiperiphery?. Journal of World Systems Research, Washington, DC, v. 12, n. 2, p. 265-3-7, december 2006.

12. POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o brasil. São Paulo em Perspectiva, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 3-16, jun. 2004.

13. SILVA FILHO, Olivio Jose da. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. Revista Katálysis, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 469-477, dez. 2022.

14. SANTOS, A. B.; BACA, G.I.L. Em busca da ordem no caos: o que é bom para comer no capitalismo do século XXI. Geografares, n. 25, 2018. p. 82-104.

15. POPKIN, B. M.; CORVALAN, C.; GRUMMER-STRAWN, L. M. Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. The Lancet, v. 395, n. 10217, 2020. p. 65-74.

16. Rede PENSSAN. Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil – VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021.

17. DOS SANTOS, L. E. N.; RODRIGUES, S. J. D. O LEGADO DE GEOGRAFIA DA FOME E A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO NO CONTEXTO BRASILEIRO. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, [S. l.], v. 4, n. 11, 2021.

18. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

19. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

20. RESENDE, V.M. Análise de discurso crítica e realismo crítico. Campinas: Pontes Editores, 2009.

21. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.
22. Lula, L. I. da S. (2022). Plano de governo. Justiça Eleitoral Brasileira, Tribunal Superior Eleitoral.
23. Bolsonaro, J. M. (2022) Plano de Governo. Justiça Eleitoral Brasileira, Tribunal Superior Eleitoral.
24. Tebet, S. N. (2022) Plano de Governo. Justiça Eleitoral Brasileira, Tribunal Superior Eleitoral.
25. Gomes, C. F. (2022) Plano de Governo. Justiça Eleitoral Brasileira, Tribunal Superior Eleitoral.
26. MATTOS, R.A. As políticas nacionais de alimentação e nutrição e as trajetórias institucionais dos direitos à saúde e à alimentação. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, sup. 1, p. 1-4, 2021.
27. BAPTISTA T.W.F.; MATTOS, R.A. Sobre política (ou o que achamos pertinente refletir para analisar políticas). In: MATTOS R.A.; BAPTISTA T.W.F. organizadores. *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2015. p. 22-23.
28. DE RESENES MARCON, M.T. A persistência da geografia da fome no Brasil do século XXI. *Revista Encontros Teológicos*, [S. l.], v. 37, n. 3, 2022.
29. Domingues J.M. *O Brasil entre o presente e o futuro. Conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad; 2015.
30. PERLATTO, Fernando. Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo. In: *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 15, n. 1, p. 256-272, jan./jun. 2015.
31. NIEDERLE, Paulo. A.; SABOURIN, Eric; SCHMITT, Claudia; ÁVILA, Mario L. de; PETERSEN, Paulo.. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, v. 24, n. 1, p. 270–291, 2019.
32. OLIVEIRA, Elayne Cristina Mota et al. A importância da Agroecologia na execução das ações do programa nacional de conservação, manejo e uso sustentável da

- agrobiodiversidade. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.
33. SANTOS, R. O. C. (2011). O que teve de reforma agrária no governo Lula? *Revista CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 6, n. 12, p. 63-78, ago., 2011.
34. VIEIRA, Rafaela. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. *Memórias Revista Digital de Historia y Arquelologia desde el Caribe colombiano*, Año 9, n. 17. Barranquilla, Jul.-Dec. 2012.
35. MACHADO, E. (2009). Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. *Lutas Sociais*, (21/22), 23–34.
36. UMBELINO, A. (24 de dezembro de 2008). Lula dá adeus à Reforma Agrária. *Direitos Humanos*.
37. SANTOS, Anderlany Aragão dos; MENEZES, Marcela; LEITE, Acácio Zuniga; SAUER, Sérgio. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 669-698, out. 2021.
38. LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton; SAUER, Sérgio. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de; POCHMANN, Marcio (Orgs.). *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 171-189.
39. ACSELRAD, Henri. O antiambientalismo de resultados. *A Terra é Redonda*, 18 set. 2020.
40. MACHADO, Marjori. 2015. Terras indígenas no Brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos governos Lula e Dilma Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.
41. PICCIN, M. B.; GOMES JUNIOR, N. N. A visão dos gestores públicos sobre o papel da CONAB na gestão dos estoques de alimentos no período de 2003 a 2014. *Retratos de Assentamentos*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 15-46, 2018.
42. VINHAS, A. L. F. (In)segurança alimentar no Brasil: uma análise das políticas públicas dos governos de Lula. *Cuadernos de Geografía/Revista Colombiana de Geografía*. Bogotá/Colombia. 2010.
43. MORAES, V. D; MACHADO, C. V. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e

2017.

44. COTTA, R. M. M; MACHADO J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. Rev Panam Salud Publica. 2013.

45. SADOCCO, R.; REGINA JOSÉ DA SILVA, H. O USO DA NEGAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA REDE BOLSONARISTA É FRUTO DO MÉRITO OU DO ACASO. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 5, n. 1, 7 out. 2021.

46. DA FONSECA, Benedito Adeodato; HOGEMANN, Edna Raquel. Um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como Política Pública de Segurança Alimentar. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 3, 2023.

47. SANTOS, J. S.; SILVA, E. M. da. “Agro acima de tudo, minério acima de todos”: as ameaças do Governo Bolsonaro às áreas legalmente protegidas na Amazônia . Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 343–366, 2021.

48. WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo JAF; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 549-593, 2020.

49. SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 285–318, 2020.

50. ALENTEJANO, P. . CONTRARREFORMA AGRÁRIA,
VIOLÊNCIA E
DEVASTAÇÃO NO BRASIL. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 41, p. 01-30, 29 mar. 2022.

51. PACKER, Larissa Ambrosano. Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cerceamento financeiro das terras e bens comuns no sul global. In: Conflitos no Campo Brasil 2020. Goiânia: CPT, 2021.

52. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. REFORMA URBANA E DIREITO À CIDADE: QUESTÕES, DESAFIOS E CAMINHOS. Observatório das Metrôpoles, 2022.

53. SILVA, Laurinete et al. Luta de classes no Brasil e a ofensiva burguesa em tempos de golpes na América Latina. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF. Vol. 21, n. 42 (jan./jun. 2021), p. 6-16, 2021.

54. DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Rayssa Kelly et al. Crimes Ambientais Durante o

423-442, 2023.

55. PINHEIRO, Milton. Bolsonaro, a destruição avança!. n.0023, p. 1-24, jun. 2022.

SILVA, M. G. D.; MACHADO RODRIGUES, T. C. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021.

56. COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Fome, desemprego, corrupção e mortes evitáveis: faces da necropolítica. *Saúde em Debate*, v. 45, p. 555-558, 2021.

57. PASTORINI, ALEJANDRA et al. A REATUALIZAÇÃO DOS TRAÇOS CONSERVADORES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA, 2022.

58. CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, p. e00009919, 2019.

59. FERREIRA, Petronilio Filipe Costa. A Terceira Via à moda da casa: a cobertura do Drops/Estadão nas Eleições de 2022. 2023. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

60. BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; DE ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. NOVO ESTADO EM UMA VELHA ESTRUTURA FUNDIÁRIA: A TERRA COMO ÂMAGO NO PROCESSO DA DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas*, p. 98-125, 2022.

61. AMORIM DE OLIVEIRA, André Luis. A " FABRICAÇÃO" DA " RAINHA DA CELULOSE": NOTAS CRÍTICAS SOBRE O PAPEL DO " PRÍNCIPE ELETRÔNICO-DIGITAL" NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO DE SILVICULTURA EM TRÊS LAGOAS-MS. *Pegada*, v. 21, n. 1, 2020.

62. GONÇALVES, Lara Sartorio; DA SILVA, Caroline Rodrigues. Pandemia de Covid-19: sobre o direito de lavar as mãos e o " novo" marco regulatório de saneamento básico. *Revista Científica Foz*, v. 3, n. 1, p. 22-22, 2020.

63. PINHEIRO, S. S. M.; SOUZA, M. de P.; GUIMARÃES, K. C. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Serviço Social em Debate*, [S.

l.], v. 1, n. 2, 2020.

64. DE OLIVEIRA JUNIOR, Robson Perez; TELECHI, Acácio Vasconcelos; FERRÃO, Pedro Rodrigues Alves. QUEM É A ESQUERDA BRASILEIRA? UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO EMPÍRICA. *Entropia*, v. 6, n. 12, p. 55-70, 2022.

65. POCHMANN, Marcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1477-1489, 2007.

66. CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. 4, 2008.